

Sobre o “envelhecimento” dos “novos” movimentos sociais na Alemanha

Reflexões teóricas acerca de crise,
paralisia e fim de um modelo exitoso

Leonie Wagner¹

Com relação aos movimentos sociais na Alemanha atualmente está colocada a questão se e, em sendo sim, de que forma estes ainda existem. Diferente do Brasil, onde os movimentos sociais enquanto ator coletivo parecem ter, em diversos níveis e sob diversas formas de organização, uma presença efetiva na opinião pública e a capacidade de influenciar pontualmente a política. Enquanto nos anos 70 e início dos 90 os “novos movimentos sociais” na Alemanha ainda eram um “ator coletivo mobilizador” (Raschke 1988: 77), atualmente pode-se constatar um claro retrocesso justamente no potencial mobilizador. Mas também no tocante a outras características dos movimentos sociais ocorreram mudanças no

¹ Doutora em Pedagogia Social pela Universidade de Kassel, trabalha atualmente no setor de pesquisa de gênero do Centro Aeroespacial Alemão, em Bonn. O texto surgiu no contexto do projeto de pesquisa *Movimentos sociais e a luta pelos direitos de cidadania: um estudo comparado entre Brasil e Alemanha - sobre a lógica da juridificação no liberalismo contemporâneo* concebido pelos professores Dr. Hans-Georg Flickinger (Universidade de Kassel) e Dr. Emil A. Sobottka (Pucrs) e apoiado financeiramente pelo Daad e a Capes (Projeto Probral).

Endereço: < leoniewagner@netdirekt.de >. Tradução do alemão: Emil A. Sobottka.

cenário dos movimentos alemães, que tornam necessárias reflexões sobre sua importância e potencial políticos assim como sobre seu estudo acadêmico.

Numa declaração sobre a ausência de um “documento final” do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2001, João Pedro Stedile observa diferenças entre os movimentos sociais europeus e sul-americanos: “Na tradição acadêmica européia, inclusive da esquerda, temas e documentos são importantes. Os movimentos sociais no Terceiro Mundo expressam seu consenso de forma distinta. Justamente em eventos como este, nós precisamos permanecer pluralistas.”²

A despeito de sua brevidade, esta declaração toca em alguns problemas tanto em relação à história dos movimentos sociais na Europa e à compreensão de política neles representados, como também com relação à situação atual. Os problemas que a seguir quero tratar mais detidamente estão agrupados em torno da pergunta pela concepção de política e pela autocompreensão dos movimentos a partir do pano de fundo das teorias sobre movimentos sociais. Será verdade que “temáticas e documentos” foram efetivamente muito importantes na “tradição européia” dos movimentos sociais ou Stedile apenas descreve uma situação que se constituiu somente nos últimos anos? Quais concepções de “pluralismo” foram representadas nos novos movimentos sociais e nas teorias correspondentes e (como) teriam estas se modificado? Formulado de maneira um pouco distinta, isto também significa perguntar pelo trato da(s) diferença(s) e seus efeitos nos movimentos sociais. Tanto para a autocompreensão como para as definições acadêmicas de movimentos sociais até agora “critérios de homogeneidade” têm sido um fator importante (cf. Raschke 1988: 77-78). O surgimento de um sentimento do “nós” (*ibid.*) no passado portanto parece ter sido relevante para os movimentos sociais. Necessário se faz perguntar se este ainda pode ser um conceito válido face a uma concepção perceptivelmente modificada acerca do político na

² Stedile 2001. Gerhard Dilger avalia a ausência de um documento final de forma um tanto distinta: segundo ele houve entre os/as representantes das ONGs e “ativistas de esquerda” uma “surpreendente tolerância”. Mas este “pluralismo” dificultou que se chegasse a posições comuns, razão pela qual sequer se tentou compor um “documento final” (Dilger 2001). A constatação da “surpreendente tolerância” entre os diversos grupos é parcialmente relativizada face aos duros ataques de alguns militantes de esquerda latino-americanos oriundos de grupos de base. Esta crítica refere-se ao risco da “instrumentalização política” do Fórum Social Mundial e a “postura reformista” de boa parte dos participantes. Nesse sentido também houve quem convocasse para boicotar o Fórum (cf. < http://egroups.com/files/peoples-struggle/World_Social_Forum/World_Social_Forum.html > – último acesso em 25.6.2001).

República Federal da Alemanha e a partir do pano de fundo das teorias políticas que tomam diferença(s) como seu ponto de partida.

As tentativas de formação de categorias acerca de movimentos sociais sempre estão acompanhadas da dificuldade decorrente do fato de se tratar de formações fluidas e heterogêneas.³ Eles não têm uma data de fundação determinada, a membresia ou pertinência – e com isso também a capacidade de mobilização – são difíceis de se determinar, eles se modificam juntamente com a área em que atuam, e em parte podem “sumir”. Além disso, movimentos sociais são influenciados por fatores tanto “internos” como “externos”, isto é, eles tanto estão relacionados com uma dinâmica social, política ou econômica, como também desenvolvem uma dinâmica “interna”: ex. mediante o grau de organização, a aceitação ou tolerância da heterogeneidade.⁴ Além disso, aquilo que se afirma em termos de categorias ou tipologias sobre *um* movimento social, *noutro* pode errar completamente o alvo. “A esquerda”, referida a movimentos sociais, tem na Europa diversas tradições acadêmicas e políticas.⁵ E aquilo que era válido para os movimentos sociais europeus nos anos 80 não necessariamente precisa ser válido no início do século 21. Desconsiderando-se, pois, a referência de Stedile à tradição, pode-se suspeitar de uma mudança na orientação “dos” movimentos sociais europeus, que levou-os da rejeição das formas “tradicionais” de política a uma assimilação ou um deslocamento das opções da ação política. Por conseguinte seria pertinente perguntar pelos critérios para uma definição de movimentos sociais e por sua sustentabilidade no tempo.

³ “A despeito de todas as tentativas de um certo ‘endurecimento’ do conceito de movimento não se pode desconhecer que movimentos sociais são um objeto ‘macio’, freqüentemente com limites fluidos ou indefinidos, e que se deve contar sempre de novo com dificuldades já na identificação inequívoca do objeto.” (Raschke 1987: 29)

⁴ Hanspeter Kriesi (1987) inclusive defende que os portadores dos movimentos sociais desenvolvem uma “identidade coletiva” que os caracteriza como “nova classe social”.

⁵ A “participação alemã” no Fórum Social Mundial, diferente da de outros estados europeus, foi pequena. O partido dos Verdes, por exemplo, não enviou representante, ainda que as atividades de relações públicas do Fórum tenham sido apoiadas pela Fundação Heinrich Böll, próxima dos Verdes. Ao contrário do que aconteceu por exemplo na Suíça e na Áustria, cujos partidos “verdes” fizeram convocatórias explícitas e dos quais houve participações (< <http://www.weedbonn.org/we0201.htm> > ou < <http://gruene.ch/d-communiques/PM-010119-D.htm> > – último acesso em 25.6.2001).

Antes de entrar em pormenores destes problemas, quero lançar luzes sobre o contexto no qual desenvolvo minha argumentação e, ao fazê-lo, diferenciar e precisar alguns pontos.

Movimentos sociais não podem ser tratados como fenômenos isolados. Eles estão inseridos em contextos políticos, sociais e econômicos que, por seu turno, estão sujeitos a transformações históricas. Isto quer dizer que movimentos sociais surgem num contexto histórico específico, sobre o qual exercem (ou pretendem exercer) influência. A mudança social (em sentido progressista ou restauratório) que eventualmente possa ser assim induzida por sua vez influencia os movimentos sociais, o que significa que tanto os temas como as formas políticas mudam. Quero expor brevemente algumas das transformações centrais referidas ao contexto alemão.

A situação dos movimentos sociais na Alemanha tanto historicamente como hoje apresenta-se como uma constelação específica: quando iniciaram os movimentos sociais, por volta de 1848, um dos objetivos – um estado nacional com uma constituição, na qual direitos de participação estivessem assegurados – ainda estava por ser formado.⁶ Até a “unificação” em 1871, o Reino Alemão consistia numa agregação de estados basicamente autônomos (principados etc.) com legislação em parte diferenciada. Ao segmento burguês – e a partes dos movimentos social-democráticos – interessava em última análise o reconhecimento e a conquista de direitos a participação “dentro” do sistema. Se bem que se aspirasse a uma mudança no sistema (político), esta era concebida sobretudo como rearranjo de aspectos específicos dentro dele. Esta relação afirmativa para com o estado (nacional) a partir de 1871 estava exposta a diversos problemas. A afirmação da “nação” consumada praticamente pela maioria dos movimentos sociais foi compensada após 1918, isto é, após a Primeira Guerra Mundial, com uma ampliação dos direitos à participação política.⁷ Mas ao mesmo tempo começou o enfraquecimento do movimento democrático, que não por último estava relacionado ao elevado grau de organização e à baixa distinção face à “política de governo”. Ademais, nos anos 20 do século 20 surgiram fortes movimentos sociais

⁶ Em meio às aspirações revolucionárias de 1848 constituíram-se movimentos democráticos burgueses assim como os inícios do movimento operário e de mulheres.

⁷ A eliminação do “direito eleitoral de três classes” (sistema eleitoral censitário, no qual os votos são computados segundo a renda) e a introdução simultânea do direito ao voto para mulheres somente foram conquistadas na Alemanha com a constituição de orientação democrática da República de Weimar.

antidemocráticos e de orientação direitista, que a partir de 1933 foram integrados ao estado nacional-socialista. Em contrapartida, a maior parte dos movimentos operários foi proibida e alguns segmentos do movimento burguês foram “co-optados”.

Esta “orientação ao estado” não era compartilhada pelos “novos” movimentos sociais surgidos na Alemanha Federal nos anos 60.⁸ As formas políticas tradicionais se haviam tornadas suspeitas, em boa medida devido ao nacional-socialismo e aos continuísmos institucionais após 1945. Também a democracia parlamentar da Alemanha Federal tinha perdido sua capacidade aglutinadora devido, entre outros, à compatibilidade com as formas sociais e econômicas capitalistas. Em comparação com a situação europeia, os movimentos sociais na República Federal da Alemanha estavam voltados para a construção de uma “contracultura” – ainda que em graus variados de intensidade; nessa empreitada, as concepções de “autonomia” desempenharam um papel decisivo (cf. Brand 1987). Conseqüência desta orientação foi que raramente foram formadas estruturas organizacionais – e nas poucas que se formaram foram cultivados modelos com pouca hierarquia. Na história do surgimento do partido “Os Verdes”, emergido dos movimentos sociais, de início foi preconizada a formação de uma “estrutura de quadros” pouco acentuada, instituindo-se um instrumento de regulação contra a concentração de poder pessoal com a introdução do “princípio da rotatividade” (cf. Mez 1987). Além disso, até há poucos anos a opção entre uma participação no governo *versus* a permanência na oposição parlamentar era ainda muito controversa dentro do partido.

Desde a unificação dos dois estados alemães e em especial desde a mudança de governo, isto é, a participação do “Bündnis 90 / Die Grünen”¹⁰ no governo em nível federal, há a necessidade de reorientações em diversos níveis da sociedade. Aqui na verdade confluem a situação específica na Alemanha com a ques-

⁸ Neste texto não tratarei do desenvolvimento dos movimentos sociais na Alemanha Oriental, uma vez que estes – em comparação com os outros europeus – surgiram relativamente tarde e sob as condições específicas de um estado autoritário. Mesmo que com a rápida adaptação do modelo político da Alemanha Federal após a unificação alemã ainda subsistam diferenças entre movimentos ocidentais e orientais, elas são secundárias nos aspectos aqui tidos como decisivos.

⁹ Segundo este princípio, os deputados não cumpririam todo o seu mandato, mas que no meio do período ocorreria uma alternância. Este modelo foi “suavizado” em pouco tempo.

¹⁰ “Aliança 90 / Os Verdes” é o nome do partido que emergiu da fusão dos “verdes” alemães respectivamente do lado oriental e ocidental (n. d. t.).

tão da unificação europeia – ou seja, o problema do desenvolvimento de uma “identidade europeia” específica – e uma crescente formação global de redes de movimentos sociais.

Este desenvolvimento foi acompanhado de mudanças nas orientações individuais e sociais: enquanto no século 19 e início do 20 estavam em questão exigências materiais e (sócio-)políticas, os movimentos sociais das décadas 60 a 80 eram predominantemente de orientação pós-materialista. No centro de suas ações estavam exigências ecológicas e pacifistas, a realização social de direitos já legalmente assegurados, assim como perguntas relativas ao “modo de vida”. Mas isto não significa que as exigências feitas não fossem fundamentadas e compreendidas como sendo existenciais. Desde o final dos anos 80 e especialmente desde meados dos 90 a participação em movimentos sociais na Alemanha Federal diminuiu muito. Neste momento os movimentos sociais acabam sendo confrontados também com seu próprio “sucesso”.

Crise, paralisia ou fim dos movimentos sociais – sobre a definição dos novos movimentos sociais

Há algum tempo se discute entre os pesquisadores de movimentos sociais alemães e europeus se os movimentos sociais se encontram em uma crise, paralisados ou se chegaram “ao seu final”. Por um lado pode-se constatar que uma série de temas dos movimentos sociais entrementes pertencem “ao conjunto de problemas tratados rotineiramente pelas democracias ocidentais” (Rucht 1994: 196). Também ao nível da consciência individual e social ocorreu uma mudança quando comparada com os anos 60 e 70. Os movimentos ecológicos e do meio-ambiente assim como o de mulheres contribuíram em muitos âmbitos para mudanças de comportamento e para reformas na legislação. Justamente com relação às mudanças na consciência individual e coletiva podem ser constatados enormes “sucessos”. Também a inclusão dos movimentos sociais em processos decisórios ou a cooperação programática com instituições “clássicas” tirou-os de um nicho e colocou-os em posições até certo ponto influentes (cf. Rucht 2000). Em comparação com os anos 70 e 80 na República Federal da Alemanha (RFA) e o final dos anos 80 na República Democrática Alemã (RDA), os movimentos sociais aparentemente deixaram para trás suas fases de maior visibilidade e expressividade. Os ápices da mobilização pública, do engajamento visível de muitos e a ampla cooperação temática em redes dos anos 70 e 80 parecem haver

passado. Ao mesmo tempo, tanto a opinião pública como os pesquisadores sempre de novo são surpreendidos por efeitos mobilizadores, seja contra a guerra no Golfo Pérsico e os comboios de transporte de material nuclear (*Castor-Transporte*) ou o crescimento de movimentos de extrema direita.

Por outro lado, está-se muito longe da implementação de todos os anseios dos movimentos sociais; alguns deles foram realizados apenas parcialmente ou de forma abrandada (Kaufmann 1997: 193). E a experiência dos últimos anos também mostra que a falta de uma base mais ampla enfraquece as possibilidades de influência dos movimentos sociais. Mas o que fundamenta a pergunta sobre paralisia, crise ou fim dos movimentos? Trata-se de um problema acadêmico ou “real”, ou como estas duas possibilidades estão interligadas?

Na RFA os novos movimentos sociais surgiram a partir do final dos anos 60. Segundo a definição de Joachim Raschke, eles se diferenciavam dos movimentos sociais “tradicionais”, isto é, das formas dos movimentos sociais do século 19 e da primeira metade do 20, em vários aspectos:

- ❑ ausência de uma ideologia unitária fechada;
- ❑ multiplicidade temática e troca rápida de *issue*;
- ❑ baixo grau de estruturação organizacional, de burocratização e de centralização, aliado a uma rejeição a lideranças;
- ❑ grande variabilidade das formas de ação com ênfase na ação direta;
- ❑ grande número de movimentos parciais autônomos mas altamente interligados. (Raschke 1988: 412)

Em diversos aspectos esta definição não corresponde mais ao estado atual dos movimentos sociais. Desde as “fases áureas” dos movimentos sociais na República Federal da Alemanha ocorreu uma maior orientação a ideologias (ou conceitos) homogêneos, a qual se bem que não reduziu de todo a pluralidade temática, fez desaparecer as interconexões que se sobrepunham. Isto ocorreu sobretudo tendo como pano de fundo uma “estruturação organizacional” ou institucionalização aliada a uma simultânea “desradicalização” das formas de ação.

Esta transformação, que se pode constatar com relação aos movimentos alemães (ocidentais) eu quero olhar mais de perto a seguir, começando pelo grau de organização ou institucionalização. As conseqüências para as formas políticas e a interconexão dos movimentos que acompanha este processo formam outro conjunto essencial de problemas que influenciam em diversos aspectos a realiza-

ção das transformações almejadas. Por fim, necessitam ser analisados a institucionalização e a correlata orientação a determinados conjuntos de problemas juntamente com as possibilidades de formação de redes, respectivamente com a existência de um “nicho de movimentos”.

“Institucionalização”

Desde aproximadamente meados da década de 80, em muitas partes dos movimentos sociais formaram-se organizações, muitas delas com um grau relativamente elevado de institucionalização. Devido à institucionalização do partido “Os Verdes” e ao surgimento de ONGs relativamente consolidadas, justamente os movimentos ecológico e pela paz – dois dos maiores ramos dos novos movimentos sociais – passaram entrementes por um processo de centralização no qual “campanhas feitas por organizações de movimentos profissionalizadas desempenham um papel muito maior na opinião pública”.¹¹ Com isso vem ocorrendo uma especialização que se contrapõe aos inícios dos movimentos sociais nos anos 60 e 70. Nos seus inícios, os movimentos sociais se entendiam freqüentemente como “movimentos comuns de aprendizagem”, nos quais especialistas participavam, mas assumiam uma posição de destaque tão somente no marco de suas competências específicas (Buro 2000: 15).

Entrementes as exigências dos movimentos sociais não apenas são representadas por ONGs ou outras organizações, mas nelas mesmas atuam sobretudo “especialistas”. Andreas Buro aponta para o problema daí decorrente, de que estas “elites de ONGs [...] não são apenas utilizados como fornecedores de conhecimento especializado, mas também são incorporados à lógica da política estatal predominante” (*ibid.*). Esta evolução precisa ser vista em relação direta com os “sucessos” dos movimentos sociais: o fato de “especialistas” de ONGs serem incorporados à política estatal, isto é, que eles sejam ouvidos e que participem, aponta para a integração das exigências dos movimentos sociais na política estatal. Estas opiniões por conseguinte não são mais vistas como sendo tão somente “idéias mirabolantes” ou “utopias ridículas”. Roland Roth vê esta “cotidianização” dos movimentos sociais fundamentada justamente em sua institucionalização. Na forma e no reconhecimento destas instituições de movimentos ele vê a superação da dicotomia entre movimentos e institucionalizações, quando as ins-

¹¹ Editorial da revista *Forschungsjournal Neue Soziale Bewegungen* 1/1998: 2-13.

tituições estabelecidas (p. ex. os partidos) abandonam sua “mentalidade de trincheira” e sua “pretensão de exclusividade na representação” (cf. Roth 1994). Por outro lado, através das mudanças organizacionais também ocorreu um abrandamento no radicalismo das exigências, que em última análise torna-as mais compatíveis com as concepções estatais. Aí transparece uma lógica aparentemente própria dos processos de institucionalização: nesses processos reduz-se a heterogeneidade e procede-se a exclusões. Por conseguinte, os movimentos sociais lograram exercer influência sobre as questões discursivas e de conteúdo da política estatal, mas também transformaram-se de maneira decisiva.

Mas também na transformação ou dissolução de movimentos sociais é impossível partir de um esquema rígido e unívoco. Como um motivo para o “fim” de movimentos sociais Joachim Raschke menciona o elevado grau de organização, que leva a que as atividades se esgotem em agir organizacional (1987: 24). Enquanto esta assertiva é bem pertinente a uma parte dos movimentos sociais na Alemanha, a transformação de outros movimentos tem outras causas. Em última análise estas diferenças novamente estão relacionadas à dinâmica própria dos movimentos e de sua interação com a política “estatal”.

No caso do movimento das mulheres, o “interesse decrescente” pode ser visualizado – ao lado de outros fatores aos quais voltarei mais adiante – justamente num “sucesso” que de forma alguma era intencional: no movimento de mulheres o princípio da “autonomia” foi defendido de forma muito mais intensa do que p. ex. nos movimentos anti-atômico ou pela paz. Tal é assim, que a formação de uma federação foi rejeitada categoricamente. Mas ao mesmo tempo partidos políticos e federações acolheram algumas das exigências do movimento de mulheres e transformaram-nas em legislação e em regulamentos institucionais. Com a introdução praticamente geral de “encarregadas das questões relativas às mulheres” (*Frauenbeauftragten*) em organizações políticas e públicas, surgiu assim uma “instituição”, que agia ao lado do movimento “autônomo” de mulheres, mas também assumia tarefas importantes. Assim a participação no movimento “autônomo” de mulheres parecia cada vez menos necessária, uma vez que havia atuantes representantes profissionais e não por último remuneradas dos interesses femininos. Paralelamente foram desenvolvidos muitos projetos pelo movimento “autônomo” das mulheres, por exemplo no âmbito social, que assumiram tarefas sociais e políticas – ainda que sob condições cada vez mais difíceis. Também aqui ocorreu uma “especialização” – ainda que sem institucionalização – e diminuiu a interconexão mais ampla em rede. Isto significa que as exigências

advindas dos movimentos sociais – uma vez havendo suficiente aceitação social – podem ser realizadas em outros contextos. No entanto, também aqui esta realização não ocorre em sua variante radical, mas sob forma abrandada.¹² Ao mesmo tempo vê-se também aqui que uma profissionalização clara leva ao enfraquecimento daquelas estruturas de inter-relação que vão além dos “single purpose movements”. Além disso, aqui também se evidencia a ambivalência de uma juridificação das exigências dos movimentos sociais: a concessão de direitos por um lado parece acolher e assegurar as exigências dos movimentos sociais, mas estes direitos também necessitam ser usufruídos e este usufruto por sua vez necessita ser conquistado. Portanto, são necessários de um lado a consciência acerca da “legalidade” de um direito e, de outro, forças e potenciais que persistem em sua garantia e realização social. As mudanças no potencial de mobilização de movimentos sociais que freqüentemente ocorrem com ou após uma codificação de suas exigências – ou de sua incorporação por instituições “clássicas” – portanto também podem inibir uma transformação social duradoura.¹³

Formas de ação ou de fazer política

Com uma maior institucionalização, aconteceu ademais uma mudança nas formas de fazer política: enquanto Raschke constata para os novos movimentos sociais uma “elevada variabilidade das formas de ação com ênfase nas ações diretas” (1988: 412), com relação às intervenções atuais pode-se falar antes de formas “clássicas” de fazer política. Pertencem a estas formas a participação como conselheiros em grêmios estatais, encaminhamento de requerimentos e petições, campanhas públicas como abaixo-assinados etc. Contudo, justamente com relação às formas de ação e de fazer política é onde ainda mais se pode observar a existência de outras formas. Assim, p. ex., os protestos contra o transporte de lixo atômico nos últimos anos foram sustentados com formas de desobediência civil e de resistências passiva (bloqueios com pessoas, demonstrações), sem excluir a importância de algumas formas militantes (p. ex. a destruição de trilhos de trem).

No entanto, é possível constatar aqui que estes protestos justamente não ou só em parte foram iniciados e realizados pelas organizações dos movimentos so-

¹² Mais abaixo voltarei à questão da importância de exigências mais radicais.

¹³ Confira a este respeito também abaixo as mudanças no movimento de mulheres após a reforma do §218 do Código Penal alemão (que trata do aborto).

ciais. O dilema apresenta-se, inclusive, de forma mais abrangente: enquanto o ministro federal do meio-ambiente, o “verde” Jürgen Trittin, era responsável pela autorização destes transportes e, por conseguinte, contra sua obstrução, os apelos em favor de demonstrações ou bloqueios em grande parte vieram ou da base ou de grupos “desorganizados”. Enquanto a direção do partido “Os Verdes” se solidarizou com as conclamações para o protesto e em parte inclusive os iniciou nas regiões “atingidas” pelos transportes, isto é, sobretudo no estado da Baixa Saxônia, os grêmios nacionais do partido majoritariamente enfatizavam a legalidade dos transportes, e isto significa, a ilegalidade dos protestos. Com isso o tema “energia atômica”, um dos temas centrais no surgimento dos novos movimentos sociais na Alemanha Federal, foi submetido a uma lógica governamental e parcialmente “resolvido”. Mas não o foi em sua variante mais “radical”, a da cessação imediata do seu uso, mas na reformista, consistente num gradativo desmonte das usinas atômicas, o assim chamado “consenso atômico” entre governo e empresas geradoras de energia. Mas esta “desradicalização” tem como consequência também um “desmonte” do espectro das formas de ação toleradas ou defendidas pelas organizações envolvidas.

Isto, por seu turno, tem implicações decisivas para as possibilidades de mobilização: enquanto nos anos 70 e início dos 80 grandes demonstrações, campanhas abrangentes e uma ampla gama de diferentes formas de ação com enorme participação de diferentes pessoas e grupos estavam “na ordem do dia”, agora este espectro reduziu-se a formas que são essencialmente de menor “visibilidade pública” e que de fato também são apoiadas ativamente por bem menos pessoas.¹⁴

Os “sucessos” de movimentos sociais são também aqui um fator importante: o fato de “Os Verdes” terem tido a possibilidade de participar do governo em nível federal e que por consequência um ministro “verde” do meio-ambiente tenha podido negociar um “consenso atômico”¹⁵ com as empresas de energia, está relacionado com os efeitos mobilizadores e problematizadores atingidos nos anos 70 e 80 – neste caso específico, pelo movimento antiatômico. No exemplo do movimento de mulheres, onde igualmente ocorreu uma tendência à substitui-

¹⁴ À questão da correspondência entre pretensão dos movimentos sociais e comportamento de protesto “real”, de grande importância neste contexto, eu voltarei mais adiante.

¹⁵ No debate sobre o término do uso da energia atômica foi negociado entre o ministro do meio-ambiente e as empresas fornecedoras de energia um “consenso” que prevê o desligamento gradual das usinas atômicas num prazo de 30 anos.

ção da “alta variabilidade das formas de ação” por negociações e delegações, pode-se constatar uma problemática semelhante.

Sobre a necessidade de exigências e formas de ação “radicais”

Neste contexto, um fator se apresenta como especialmente problemático: as organizações (p. ex. os Verdes, as ONGs) ou instituições (p. ex. responsáveis específicos para questões relativas a mulheres ou meio-ambiente) criadas em resposta a demandas dos movimentos em muitos casos asseguram o *status quo*, mas só raramente atuam de forma inovadora. Isto permite várias conclusões com relação às possibilidades de efetivação das exigências de movimentos sociais no contexto do cumprimento parcial das reivindicações.

A conquista de objetivos parciais “enfraquece” os movimentos sociais. Quando ocorre uma mudança na situação tematizada pelos movimentos sociais, isto é, se mudar o *status quo*, isto leva a uma diminuição do potencial de mobilização. Quero demonstrar isto com base na “luta” contra o §218 do código penal. Este parágrafo regulamenta as possibilidades da interrupção da gravidez na República Federal da Alemanha.

As disputas em torno das possibilidades de interrupção da gravidez foi um dos temas centrais do novo movimento de mulheres na Alemanha Federal – discussões estas que deram origem ao movimento.¹⁶

Em meio às múltiplas formas de ações e demonstrações formou-se uma autocompreensão de uma luta comum de mulheres como mulheres, a consciência de um *movimento de mulheres*, que unificava a despeito das pertinências a dis-

¹⁶ Neste contexto é interessante que a discussão sobre o §218, ao contrário, serviu como tema desaglutinador no “velho” movimento de mulheres. Em 1908 esta temática foi discutida pela primeira vez na Federação das Mulheres Alemãs (BDF); uma maioria radical defendeu a supressão, as moderadas defenderam a manutenção da regra. Estas últimas temiam que em caso de supressão haveria um “afrouxamento do sentimento moral de responsabilidade”. A “Federação pela Proteção Materna e pela Reforma Sexual” não foi aceita no BDF devido ao seu engajamento pela supressão do §218. As estimativas apontavam para a época um total de 800.000 abortos por ano (cf. Weiland 1983: 194-97; Gerhard 1990: 273-75). Ao lado da pobreza, também a proibição da venda pública de meios contraceptivos era responsável por esta situação. Ainda que nos anos 60 do século 20 esta situação estivesse comparativamente mais distendida, o tema §218 justamente não tinha mais um efeito dispersivo, mas unificador e sobretudo uma relevância mobilizadora. Isto significa que não (nem sempre) é a qualidade apelativa ou a situação de necessidade que leva a que um tema seja apropriado ou que leve à formação de um movimento social.

tintos grupos. O ápice destas disputas ocorreu no início dos anos 70. Excetuando-se os casos indicados medicinalmente, o aborto à época estava proibido e gravado com uma sanção de 5 anos de prisão.¹⁷ As primeiras campanhas, como por exemplo uma grande ação de auto-incriminação em que mulheres proeminentes admitiam no semanário *Stern* “eu abortei”, levaram rapidamente a uma grande mobilização que ultrapassou os limites partidários e de grupos (cf. Krieger 1988: 31).

Ao lado da exigência concreta de supressão do parágrafo do aborto, tratava-se aqui de uma crítica fundamental ao sistema patriarcal que negava às mulheres sua pretensão de autodeterminação. Esta crítica se manifestava entre outros nas divisas das manifestações: “Minha barriga me pertence” ou “Se queremos filhos ou não é nossa própria decisão”. Também o poder dos médicos foi colocado em xeque, uma vez que com a supressão do §218 ou no caso de uma autorização para abortar por razões sociais os médicos estariam ameaçados de perderem a autoridade tanto sobre os motivos admissíveis para abortos como sobre suas pacientes.

As campanhas contra o §218 eram para o novo movimento de mulheres uma espécie de primeiro tema solidário, mediante o qual foi alcançado – nas palavras de Raschke – uma “elevada integração simbólica”. Para além das diferenças políticas, parecia ter sido encontrado um tema que refletia a situação das mulheres em geral – no nível concreto da autodeterminação sobre o próprio corpo assim como, em níveis mais abstratos, da limitação estatal e social desta autodeterminação.

Ao lado da solidarização ocorrida no movimento de mulheres, o tema teve uma grande ressonância na opinião pública, que em boa medida foi positiva.¹⁸ Por breve período esta luta não apenas parecia mobilizar uma grande quantidade de mulheres, mas também parecia estar coroada de êxito. Em 26.4.1976 o Congresso alemão aprovou uma regulamentação que abrandava a proibição; esta, no entanto, foi declarada inconstitucional a partir de um pedido da bancada

¹⁷ Para a prática profissional do aborto estava prevista uma pena de prisão de até dez anos.

¹⁸ “Em julho de 1971, numa pesquisa do Instituto Allenbach para Pesquisas de Opinião, 46% dos entrevistados se manifestou a favor da supressão do §218 e somente 38% pela manutenção da proibição do aborto”. (Krieger 1988: 37) Outros institutos inclusive obtiveram proporções bem maiores entre os que apoiavam a supressão. Notório foi que nem após as campanhas de auto-incriminação nem após as outras campanhas públicas tenha sido iniciada uma perseguição penal.

CDU/CSU.¹⁹ A nova regulamentação do §218, feita após a decisão constitucional, previa um assim chamado “modelo ampliado de indicação”, que prescrevia um aconselhamento por profissional não-médico. Ainda que esta regulamentação fosse mais “liberal” que o antigo §218, o parágrafo seguia existindo. A derrota não enfraqueceu o movimento de forma radical, mas modificou-o decisivamente. Nesse caso o fato da “derrota” era menos relevante do que a percepção de que seria possível “viver” com esta nova regulamentação. A rede de clínicas e consultórios nos quais podiam ser praticados abortos aumentou nos anos subsequentes, o número de consultórios para aconselhamento aumentou e ao fim e ao cabo ocorreu mais uma diminuição do tabu em torno do tema na opinião pública.

O movimento de mulheres, é bem verdade, não chegou ao seu “final” com isto; ele voltou-se a partir daí para outros problemas. Com base no §218, no entanto, ele não conseguiu mais produzir mobilizações nos anos seguintes. Isto surtiu efeito especialmente após a unificação alemã, quando se pretendia harmonizar as distintas formas de regulamentação do aborto da RDA e da RFA.²⁰ É bem verdade que algumas mulheres politicamente ativas assumiram – suprapartidariamente – a temática e até houve algumas campanhas com abaixo-assinados que exigiam a supressão da legislação da RFA, mas naquela época não foi possível alcançar uma mobilização pública mais ampla. A consequência foi novamente uma solução “salomônica”, que criminaliza o aborto, mas tolera-o em casos de indicação “social” sob a condição de dois aconselhamentos prévios.

A disputa em torno do §218 do Código Penal na República Federal ainda chama a atenção para uma problemática adicional no contexto das exigências, respectivamente das possibilidades de efetivação de exigências de movimentos sociais: exigências moderadas têm mais chances de efetivação quando, simultaneamente, existirem posições radicais. Nos processos de formação de consenso, nos quais posições divergentes se defrontam, ocorre antes uma aproximação entre as posições “moderadas”. Isto significa que o acordo em torno de uma regulamentação ou a modificação de uma regulamentação ocorre “no centro”. Mas este “centro” se constitui justamente a partir do pano de fundo das posições radicais – independente de serem elas conservadoras ou liberais.

¹⁹ Partidos democrata-cristãos com orientação conservadora.

²⁰ Na RDA há muitos anos havia uma regulamentação que permitia uma interrupção não criminalizada da gravidez nos primeiros meses, independentemente dos motivos específicos.

A partir desta constatação, os movimentos sociais, em suas reflexões “estratégicas”, não apenas deveriam concluir que é necessário tolerar um espectro o mais amplo possível de posições diferentes, mas até fomentar ou, nas palavras de Raschke, zelar para que se conserve a “ausência de uma ideologia unitária fechada” (1988: 412). Mas a história dos novos movimentos sociais, inclusive na Alemanha, mostra outro quadro.

Constituição e homogeneização

Por ora pode-se concluir teórica e empiricamente que movimentos sociais são “tanto expressão como motor” (Gerhard 1994: 151), “produto e produtor” (Raschke 1988: 11) de mudança social. Eles formam-se em situações político-sociais em que estão por acontecer transformações, isto é, eles captam um “mal-estar” e reforçam-no mediante exigências específicas. Neste processo – sob a condição da existência ou tolerância de uma opinião pública²¹ – ocorre uma condensação e formação de redes de comunicação.

Enquanto no início dos movimentos sociais diferentes pretensões são articuladas sem a necessidade de uma “ideologia unitária fechada”, durante a fase de constituição e sobretudo numa eventual fase de organização ou institucionalização, ocorre uma homogeneização dos objetivos e uma sintonização das formas de ação. Neste processo podem ocorrer ao mesmo tempo exclusões ou cisões de posições mais radicais. A “homogeneidade” e a “profissionalização” assim alcançadas, no entanto, levam a um “enfraquecimento” dos movimentos sociais no

²¹ De relevância para as possibilidades de surgimento de movimentos sociais nos séculos 19 e 20 são as respectivas formas da dominação política ou as condições nas quais a participação política é possível. Uma vez que movimentos sociais dependem de um certo grau de publicidade (*Öffentlichkeit*), de que publicidade seja permitida – também como “contra-publicidade” –, a situação da liberdade de opinião e imprensa pode ter influência sobre as possibilidades dadas aos movimentos sociais.

O surgimento e as possibilidades dos movimentos sociais em estados autoritários, por conseguinte, se constituem de modo diferente. Com base no exemplo dos movimentos sociais na RDA pode-se constatar que seu surgimento era possível no âmbito das igrejas, mas seu alcance, limitado. De um lado, os grupos na RDA só conseguiam alcançar pequena repercussão pública – limitada àqueles que tinham ou queriam ter acesso aos “distribuidores” eclesiais e tendo como pano de fundo a possibilidade ou ameaça de extradição ou o desterro. Na situação específica da Alemanha persistia ainda uma possibilidade adicional de divulgação de informações através dos meios de comunicação da Alemanha Ocidental (rádio e tv), mas esta estava submetida por seu turno a interesses específicos, i. é, o noticiário não podia ser “dirigido” pelos próprios movimentos cidadãos da RDA (cf. Hömberg 1994: 12-13).

tocante à sua influência sobre a mudança social e às suas possibilidades de mobilização. Possível seria então uma nova articulação de objetivos mais abrangentes. Mas esta – na maioria dos casos – não acontece imediatamente, senão que depende – como surgimento de movimentos sociais – de diferentes fatores sociais, políticos e econômicos.

Neste contexto me parecem centrais duas observações acerca do processo de surgimento de movimentos sociais:

- ❑ movimentos sociais não – ou pelo menos muito raramente – surgem num momento em que o problema pode ser considerado especialmente “grave”, e
- ❑ eles não surgem isoladamente, mas num “nicho de movimento” ou numa relação de articulação em rede.

A primeira tese inicialmente pode surpreender. Numa observação cuidadosa revela-se, no entanto, que – independentemente das condições políticas em geral – problemas somente são (ou podem ser?) acolhidos por movimentos sociais quando eles já ultrapassaram seu ápice. O exemplo possivelmente mais trágico neste contexto é o do movimento pela paz: no início da Primeira Guerra Mundial ocorreu uma surpreendente adesão dos movimentos europeus aos preparativos de guerra de suas respectivas “pátrias”. Os poucos admoestadores de orientação radicalmente pacifista à época foram excluídos e estigmatizados como “traidores”.²²

Em outros casos a questão do “ápice do problema” não é tão fácil de determinar. Mesmo assim pode-se mostrar que p. ex. problemas como pobreza, desemprego, falta de moradia ou mesmo problemas “pós-materialistas” como igualdade de direitos entre os sexos etc. não – ou não necessariamente – levam ao surgimento de movimentos sociais naquele momento em que as questões são imediatamente agudas.

Talvez um dos fatores decisivos para este fenômeno seja a circunstância de que movimentos sociais não se formam ou constituem como movimento isolado, mas sempre como um conjunto de movimentos. Isto aponta para o fato de que o importante não é a agudez de um “tema individual”, mas antes um “nicho” ou um conjunto de problemas a serem tratados. Assim foi que no século 19, na Alemanha, surgiram quase simultaneamente os movimentos operário e de mulheres,

²² Com relação ao movimento burguês de mulheres na Alemanha, cf. Bereswill e Wagner (1998).

nos anos 60 do século 20 os novos movimentos sociais com suas respectivas orientações e formas. Isto significa que uma “condensação” da comunicação acerca de “situações problemáticas” não inicia apenas durante o processo de constituição de movimentos sociais, mas precisa anteceder-lo.

Com relação ao contexto dos movimentos sociais na Alemanha aqui esboçado pode-se destacar que tal “condensação”, e com isso a passagem para uma nova formação de movimentos sociais, por ora não parece ser previsível. Os motivos para esta situação eu quero tematizar ainda mais precisamente num outro nível.

Existem atualmente movimentos sociais na República Federal da Alemanha?

Quero responder a esta pergunta com um *sim* e um *não*. Esta aparente indecisão se elucida ao perguntar novamente o que deve ser compreendido por movimentos sociais. Com relação à segunda metade do século 20 – pelo menos na Europa –, a resposta via de regra era uma referência aos “novos” movimentos sociais com sua manifestação específica. Estes “novos” movimentos sociais – isto quero enfatizar –, da forma como surgiram nos anos 60 e 80, não subsistem mais. Os motivos “organizacionais” para isto eu mencionei acima.

Mas isto não significa que não existam mais “resquícios” de tais movimentos. Ao contrário, uma grande quantidade de “organizações de movimento” formou-se em níveis profissionais e semi-profissionais, com distintas formas de organização e diferentes potenciais de influência. Porém, para estas ONGs o conceito “novos movimentos sociais” não se aplica mais. No que diz respeito ao aspecto acadêmico do problema, pode-se observar aqui um surpreendente deslocamento.

Nos anos 70 e ainda nos 80 havia na pesquisa sobre os movimentos sociais uma “briga” acerca da validade de dois diferentes paradigmas. Enquanto nos EUA eram representadas sobretudo posturas que partiam da categoria “estratégia” e analisavam a mobilização de atividades (ou recursos) através de agências de movimento (organizações), na Alemanha e na Europa era representada preponderantemente uma perspectiva voltada sobretudo à “identidade”, a qual colocava no centro da discussão o potencial de transformação da sociedade. Estas distintas aproximações teóricas estavam relacionadas imediatamente com o cará-

ter dos respectivos movimentos. Enquanto nos EUA os movimentos sociais funcionam sobretudo através de organizações, pode-se constatar pelo menos para os novos movimentos sociais dos anos 70 e 80 que estes se apresentavam preponderantemente como críticos das instituições. Seu objetivo, até certo ponto, era menos a efetivação em forma de “resultados” políticos do que uma mudança da consciência e da conduta de vida.²³ Para a atual situação dos movimentos sociais na Europa o conceito estadunidense me parece muito mais adequado. Portanto, se atualmente quisermos falar de movimentos sociais, então isto deve ser feito sobretudo no sentido de agências e organizações de movimentos.²⁴ Os movimentos sociais na República Federal da Alemanha transformaram-se de um “nicho de movimento” para “single purpose movements”. Os problemas sociais, políticos, econômicos ou ecológicos por conseguinte não são mais discutidos em suas conexões ou interdependências, mas “tratados” separada ou individualmente. É bem verdade que a comunicação sobre estes problemas acontece num nível elevado de especialização, mas dificilmente tem ainda uma inter-relação comunicativa e igualmente poucos potenciais de mobilização num contexto público. Para o efeito da adaptação à lógica da política estatal eu já havia apontado acima.

²³ Esta separação inequívoca entre “estratégia” e “identidade” – isto já foi apontado por Jean Cohen – não faz jus nem aos fenômenos heterogêneos denominados movimentos sociais, nem podem os movimentos sociais com isto ser explicados cientificamente e abrangentemente. Enquanto o paradigma da estratégia permite avanços na elucidação da questão *como* surgem movimentos, o paradigma da identidade permite a análise do seu *porquê*. Neste sentido seria desejável que ambos fossem unificados num abrangente paradigma teórico (cf. Cohen 1985).

²⁴ Se até agora falei de movimentos sociais, referia-me genericamente àqueles que se empenharam no sentido de uma democratização da sociedade. Atualmente, no entanto, pode-se observar na Alemanha Federal o fenômeno do surgimento de movimentos sociais no extremo direito do espectro político, os quais tampouco podem ser caracterizados com o conceito de novos movimentos sociais, mas que obtêm inequívocos e assustadores sucessos no tocante ao seu potencial mobilizador. Estes agrupamentos em parte se apresentam com o propósito explícito de formarem um “movimento”. Assim, por exemplo, Alfred Mechttersheimer, um dos estrategistas estabelecidos da “nova direita”, se manifestou no sentido de que um movimento teria a vantagem de “não ser uma organização rígida, mas uma corrente espiritual, um campo de força, uma comunidade de idéias” (Es geht nicht um den “Standort Deutschland”. < <http://www.konservativ.de/db/standort.htm> > – último acesso em 25.6.2002). Burkhard Schröder, que pesquisou a influência de grupos de orientação direita na cultura cotidiana, concluiu que “a subcultura de direita não está mais organizada primariamente em sentido político [...], mas que ela, como movimento social, determina e domina todos os âmbitos da cultura cotidiana. Ela é um conglomerado de música, moda, pontos de encontro, ações comuns supra-regionais, assim como fragmentos ideológicos.” Já num artigo de 1996 Ruud Koopmans e Dieter Rucht (1996), dois reconhecidos teóricos dos movimentos sociais, fizeram a seguinte pergunta: “O radicalismo de direita é um movimento social?”

Contudo, esta transformação não pode ser creditada unicamente a mudanças estruturais internas dos movimentos ou a uma adaptação dos seus temas em instituições estatais ou políticas estabelecidas. Igualmente relevante me parece aqui uma mudança na “consciência”, respectivamente nas concepções de “política” e nos fatores correlatos que influenciam o engajamento político.

Individualização

Um fator concernente à diminuição da participação que é mencionado em muitas análises sobre a situação atual dos movimentos sociais na Alemanha é a constatação de uma “individualização”. Esta tese, desenvolvida por Ulrich Beck nos anos 80, está baseada na observação de que após a Segunda Guerra Mundial nos países industrializados do Ocidente teria iniciado um descolamento das pessoas de suas “vinculações tradicionais” (classe, camada social, papel sexual, família), condicionado pela seguridade material (1986: 116). Isto viria associado por um lado a uma mudança na percepção daquilo que atinge as pessoas (*Betroffenheit*), que não seria mais interpretado como sendo “coletivo” no sentido p. ex. da classe ou camada social. Ao invés disso, os indivíduos tornar-se-iam eles próprios atores “da garantia de sua subsistência mediada pelo mercado e do planejamento e da organização de sua biografia nela embasados” (*ibid.* 119).

Mas, além da recepção do teorema sobre a individualização, que geralmente se limita a chegar até esta reflexão, Beck no entanto constata que com ela surgiriam “novas formas sociais”, que a individualização também conteria uma “dimensão reintegradora” (*ibid.*). Contudo, tal como a “coação para a individualização”, também a dimensão reintegradora não estaria ao alcance da “livre decisão” dos indivíduos. Ao contrário, estes estariam “condenados à individualização” (Beck 1993). Este “destino [novamente] coletivo” (*ibid.*) obrigaria os indivíduos a “montar, encenar e amearhar suas biografias” a partir do pano de fundo das “prescrições estatais tais como formação, mercado de trabalho, legislação trabalhista e social” (*ibid.*). Com isso Beck segue uma lógica que por um lado nega uma “prescrição” de “características comuns de cima para baixo”, mas simultaneamente explica as “decisões” como derivadas das condições gerais dadas.

Uma tese igualmente comum introduz aqui o problema da diferença entre gerações.²⁵ Com a institucionalização e desradicalização dos novos movimentos sociais também definiu sua abertura para “novas idéias”. Em última análise, o objetivo dos “novos” é inserir-se num regramento não de todo formalizado, mas sem estabelecer aí novos padrões, sem fazer exigências “utópicas” ou inserir formas inusitadas de ação. Isto significa que aquelas pessoas mais jovens que ainda assim podem ser encontradas em movimentos sociais ou em organizações de movimentos já estão adaptadas às estruturas formadas ou pelo menos não podem influenciar estas estruturas de forma abrangente.

Isto explica em parte por que poderia ter diminuído o interesse por um engajamento (duradouro) nas organizações de movimentos ou em mobilizações, mas não explica por que não se formaram novos grupos em quantidade significativa e com estruturas novas.²⁶

Decisivo me parece aqui de um lado um déficit de comunicação pública sobre os problemas realmente existentes, respectivamente de seu “tratamento” por organizações, instituições e órgãos estatais. Até agora persiste a percepção de que em havendo problemas, entidades podem ser convocadas ou acionadas para ocuparem-se profissionalmente da questão. Isso também pode ser visto como a possibilidade de solucionar os problemas “privadamente”, isto é, que o lado político de um problema não é reconhecido nem tematizado. As limitações e cortes no sistema de seguridade social na Alemanha levados a cabo nos últimos anos, por exemplo, não são ou não são efetivamente percebidos num plano coletivo.

²⁵ Com referência ao movimento das mulheres, cf. Pusch (1993). Ao apontar para as semelhanças entre as trajetórias do “velho” e do “novo” movimento de mulheres, Irene Stoehr (2000) caracteriza este “problema geracional” como uma espécie de “trajetória normal” de movimentos sociais.

²⁶ Isso não significa que não existam quaisquer grupamentos que se ocupam com questões sociais ou políticas. Ao contrário: em torno de diferentes temas (p. ex. migração ou refugiados, pobreza e inclusive energia atômica) tem acontecido uma mobilização que está parcialmente interligada em rede nacional e internacionalmente. Relevante é o fato que estes não constituem movimento(s) com dimensões numéricas e de impacto maiores na esfera pública. Para mim o problema, neste contexto, está sobretudo na particularização do horizonte do problema. A pergunta, se através dos “chamados” internacionais, sobretudo europeus, para a formação de “movimentos” contra a política neoliberal – como a “Carta 2000” de Pierre Bourdieu ou das aspirações que têm sido expressas com o Fórum Social Mundial – efetivamente surgirão “movimentos sociais”, segundo minha avaliação ainda não pode ser respondida (sobre a Carta 2000, cf. < <http://www.praxisphilosophie.de/globakt.htm> > – último acesso: 25 jun. 2001).

Aqui um complexo conjunto de fatores exerce sua influência, o que aponta para a importância da “consciência coletiva” para a tematização de problemas sociais ou outros. Uma tal consciência, no momento, parece existir na Alemanha antes para questões e problemas parciais, mas não na intensidade capaz de levar à “condensação de comunicação” ou ao surgimento de um nicho no qual possam desenvolver-se movimentos sociais.

Diferença e identidade

Há um fator essencial para a caracterização de movimentos sociais atuais – ou melhor, de “movimento social” – na Alemanha Federal, referido ao potencial de mobilização que emerge das organizações de movimento surgidas a partir dos novos movimentos sociais, e que vem sendo descuidado. As definições recentes de movimentos sociais contêm sempre a referência à “elevada integração simbólica”,²⁷ que é tida como necessária para a formação de um grupo, respectivamente de um “sentimento de nós”. Justamente neste ponto, contudo, a maioria das teorias parecem estar presas a uma idéia de “política” que talvez nunca tenha correspondido plenamente aos fatos, mas pelo menos desde os anos 90 na Alemanha se tornou porosa. Com a recepção de teorias pós-estruturalistas e pós-modernas, a idéia da homogeneidade não foi questionada apenas teoricamente; teorias nas quais o político é fundamentado basicamente com a diferença e nas quais são registradas as conseqüências negativas de conceitos homogeneizantes coexistem com uma mudança na postura daquelas partes da população que por muito tempo foram as camadas portadoras dos movimentos sociais. Pesquisas recentes sobre a compreensão de política dos jovens mostraram que estes por um lado estão enfadados da política tradicional, mas por outro se engajam (ou querem se engajar) em determinadas ações ou em ONGs.²⁸ A participação política – assim parece – não é mais entendida como um projeto para toda a vida, com compromissos fixos quase contratuais; ela orienta-se principalmente em temas ou questões isoladas. Dito de outra forma, a tendência pode ser assim descrita: não se “compra” mais um programa partidário na íntegra, mas determinados

²⁷ Cf. Raschke (1987: 21); no contexto latino-americano, cf. Gohn (1997: 245). Gohn fala, entre outros, de “coletivo social” ou “identidade em comum” no contexto da definição de movimentos sociais.

²⁸ Cf. o relatório do Governo Federal Alemão sobre a juventude: Bundesregierung, 9. Jugendbericht. Bonn, 1994.

pontos são percebidos como interessantes e dignos de apoio, sem que isso já implique em apoio a todo o pacote.²⁹ Também a idéia de “provocar mudança social fundamental” (Raschke 1988: 77) parece ter perdido eficácia em prol de “protestos” espontâneos e pontuais. Enquanto no começo do desenvolvimento dos novos movimentos sociais havia uma perda de confiança na política e suas formas tradicionais, hoje falta também a confiança na eficácia das “alternativas”, pelo menos naquelas que a despeito de voltarem-se contra um determinado sistema, ao mesmo tempo se desgastam e se orientam (negativamente) pelas “velhas” estruturas. A institucionalização dos movimentos sociais por conseguinte segue uma lógica que de início estava exposta a uma crítica e rejeição virulentas. Esta postura crítica frente às instituições volta-se agora contra os antigos críticos – sob o sinal invertido em parte pelos próprios movimentos sociais. Estas mudanças trazem conseqüências para a compreensão e o exercício do engajamento político assim como para a concepção “do político”, mas também para uma área de pesquisa que pode agora menos que antes tomar como pressupostas estruturas e formações sedimentadas.

Por ora não se pode prever se no desenvolvimento dos discursos e práticas calcados na diferença serão criadas formas de engajamento político que façam surgir uma “nova” espécie de movimentos sociais. A mim contudo parece que uma parte das queixas sobre a postura “apolítica” “dos” jovens tenha a ver com o fato de que se parte de modelos de engajamento político e de “política” fundamentados sobre idéias de homogeneidade e igualdade. As formas dos “novos” movimentos sociais e as respectivas teorias dos anos 70 e 80 na Alemanha Federal por conseguinte podem estar “envelhecidas”, ou funcionam tão somente num contexto político constituído como e por eles. Para uma inclusão ou mesmo apenas para uma mobilização mais ampla de jovens e jovens adultos estes modelos podem revelar-se tão inadequados como as definições e teorias sobre os novos movimentos sociais foram-no para uma apreciação e análise científica de “movimento social”.

Se a orientação em “temas e documentos” apontada por João Pedro Stedile for condizente com a “esquerda européia”, no contexto dos novos movimentos sociais da Alemanha Federal isto não vem a ser uma “tradição”, mas um desdobra-

²⁹ Trata-se de uma tendência que não se refere só nem principalmente aos movimentos sociais, mas de uma mudança de postura mais fundamental. Alguns poucos partidos na República Federal, que em certa medida também têm sérios problemas no recrutamento de novas gerações, chegaram inclusive ao ponto de possibilitar membresia temporária (cf. Scherer 1996).

mento que antes reflete o estado atual destes movimentos. O “cenário dos movimentos” atualmente parece estar dominado sobretudo pelas ONGs; nele grupos e agrupamentos aparecem esporadicamente, mas tornam-se ativos sobretudo em contextos internacionais. Pode até ser que se trate de um problema especificamente “alemão”, isto é, que o “novo” papel da Alemanha e com isso também o dos movimentos sociais “alemães” após a unificação alemã e no processo da unificação européia ainda pareça indefinido, respectivamente que persistam dúvidas e reservas com relação a uma pretensão (suposta ou realmente presente) de poder hegemônico, que leva a paralisias da parte dos movimentos sociais. A participação muito mais intensa de atores de outros estados no Fórum Social Mundial permite que se levante pelo menos algumas questões nesta direção.³⁰ Mas haveria que se esperar que a orientação pluralista necessária nas discussões e processos internacionais tenha repercussão nos contextos “nacionais”.

³⁰ À pergunta, por que os “Verdes” alemães não enviaram representantes oficiais a Porto Alegre, Reinhard Bütikofer respondeu que ele vê “a tarefa principal de um partido estruturado descentralizadamente [...] no próprio País”, razão pela qual se investe ali “a grande maioria dos recursos que temos à disposição” (<http://www.gruene.de/aktuell/bdk/grundsatzdebatte/buetikofer.htm>, último acesso em 25 jun. 2001). Este posicionamento oficial de um dos mais importantes representantes do partido aponta tanto para um certo provincianismo como para manifesto desconhecimento dos objetivos do Fórum Social Mundial.

Referências bibliográficas

- Beck, Ulrich (1986). *Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- (1993). Vom verschwinden der Solidarität. In: *Süddeutsche Zeitung*, 14-15 fev.
- Bereswill, Mechthild; Wagner, Leonie (1998). Nationalism and the women's questions. The women's movement and nation. Orientations of the bourgeois women's movement in Germany during the First World War. *The European Journal of Women's Studies*, v. 5, p. 233-47.
- Buro, Andreas (2000). Das Jahrhundert der sozialen Bewegungen. *Forschungsjournal Neue Soziale Bewegungen*, v. 1, p. 5-16.
- Brand, Karl-Werner (1987). Kontinuität und Diskontinuität in den neuen sozialen Bewegungen. In: Roland Roth; Dieter Rucht (orgs.). *Neue soziale Bewegungen in der Bundesrepublik Deutschland*. Frankfurt am Main: Campus, p. 30-44.
- Cohen, Jean (1985). Strategy or identity. New theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, v. 4, p. 663-716.
- Dilger, Gerhard (2001). Das erste Weltsozialforum in Porto Alegre war ein Erfolg. http://planet.gruene.at/planet19/politik/po_sozial_m.html (último acesso 25.6.2001).
- Gerhard, Ute (1990). *Unerhört: die Geschichte der deutschen Frauenbewegung*. Hamburg.
- (1994). Frauenbewegung als soziale Bewegung. In: *Deutsche Forschungsgemeinschaft: Bestandsaufnahme und forschungspolitische Konsequenzen*. Berlin: Senatskommission für Frauenforschung, p. 145-156.
- Gohn, Maria da Glória (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Hömberg, Barbara (1994). *Geteilte Schwestern? Die Zusammenarbeit in der Ost- und Westfrauenbewegung*. Berlin.
- Kaufmann, Franz-Xaver (1997). Normative Konflikte in Deutschland: Basiskonsens, Wertewandel und soziale Bewegungen. In: Peter L. Berger (org.). *Die Grenzen der Gemeinschaft: Konflikt und Vermittlung in pluralistischen Gesellschaften*. Ein Bericht der Bertelsmann Stiftung an den Club of Rome. Gütersloh, p. 155-197.
- Koopmans, Ruud; Rucht, Dieter (1996). Rechtsradikalismus als soziale Bewegung? In: Jürgen W. Falter et al. (orgs.). *Rechtsextremismus. Ergebnisse und Perspektiven der Forschung*. *Politische Vierteljahresschrift*, n. especial 27, p. 265-287.
- Krieger, Verena (1988). "... rühmen sich öffentlich ihrer Verbrechen". Vom Kampf der Frauenbewegung gegen den §218. In: Kristine von Soden (org.). *Der grosse Unterschied*.

- Kriesi, Hanspeter (1987). Neue soziale Bewegungen: Auf der Suche nach ihrem gemeinsamen Nenner. *Politische Vierteljahresschrift*, v. 3, p. 315-334.
- Mez, Lutz (1987). Von den Bürgerinitiativen zu den Grünen: Zur Entstehungsgeschichte der “Wahlinitiativen” in der Bundesrepublik Deutschland. In: Roland Roth; Dieter Rucht (orgs.). *Neue soziale Bewegungen in der Bundesrepublik Deutschland*. Frankfurt am Main: Campus, p. 263-276.
- Pusch, Luise F. (1993). Wenn aus Schwestern Mütter werden: Die Frauenbewegung im reifen Alter. *Beiträge zur feministischen Theorie und Praxis*, v. 35, p. 43-45.
- Raschke, Joachim (1987). Zum Begriff der sozialen Bewegung. In: Roland Roth; Dieter Rucht (orgs.). *Neue soziale Bewegungen in der Bundesrepublik Deutschland*. Frankfurt am Main: Campus, p. 19-29.
- (1988). *Soziale Bewegungen: Ein historisch-systematischer Grundriss*. Frankfurt am Main und New York, Campus.
- Roth, Roland (1994). *Demokratie von unten: neue soziale Bewegungen auf dem Wege zur politischen Institution*. Köln.
- Rucht, D. (1994). *Modernisierung und soziale Bewegungen: Deutschland, Frankreich und USA im Vergleich*. Frankfurt/ New York, Campus.
- (2000). Soziale Bewegungen und ihre Rolle im System politischer Interessenvermittlung. In: Hans-Dieter Klingemann; Friedhelm Neidhardt (orgs.). *Zur Zukunft der Demokratie: Herausforderungen im Zeitalter der Globalisierung*. WZB-Jahrbuch. Berlin, p. 51-69.
- Scherer, Klaus-Jürgen (1996). Zuwendung oder Abwendung von Politik? Jugendgenerationen der siebziger und neunziger Jahre. In: Sibylle Reinhardt et al. *Politik und Biographie*. Schwalbach/Ts, p. 78-112.
- Stedile, João Pedro (2001). Die Katze reizen. Welche Ziele verfolgt die lateinamerikanische Linke nach dem Weltsozialforum in Porto Alegre? Fragen an João Pedro Stedile. *Die tageszeitung*, 19-20 maio 2001.
- Stoehr, Irene (2000). Das wiederholte verAlten der Emanzipation. *Ariadne. Almanach des Archivs der deutschen Frauenbewegung*, n. 37-38, p. 42-49.
- Weiland, Daniela (1983). *Geschichte der Frauenemanzipation in Deutschland und Österreich*. Düsseldorf.